

Brasil Mulher

Ano 2

1976

nº 6

Cr\$ 5,00



**Feministas
espanholas se
organizam**

Página 10

**Mulher
sozinha é
prostituta?**

Página 12

**Comunicação
ao Povo
de Deus**

Página 8

**A luta das
professoras**

Página 6 e 7

**Povo reivindica
melhoria
nos transportes**

Página 14

Expediente

Conselho Editorial:

Joana Lopes, Laís Oreb,
Lila Figueiredo, Marina
D' Andrea, Rose Mary
Souza Serra, Therezinha
G. Zerbine.

Diretora Responsável:

Laís Oreb

Editora:

Joana Lopes

Equipe

de

Redação:

Branca Ferrari, Elizabeth Lorenzotti, Giulia Di Vizia, Hamilton O. de Souza, Joel Guimarães dos Santos, Marina D' Andrea, Pedro Paulo Felismino, Setsuko Hanazaki, Silvanete Silva, Vassiliki T. Constantinidou, Márcia, Magali J. Abdo.

Colaboradores:

Airce P. Rezende, Amelinha Silva Telles, Ana Lucia Jensen, Beatriz do Valle Bargieri, Diva M^ª B. Romão, Elmina Golveia, Eliana Pessanha Paes, Luiza Miriam Martins, Mirtes Leal, M^ª Nazareth G. e Silva, Marta M.B.A. Silva, Neuza, Vera Lucia Canabrava, Rosalina S.C. Leite, Cecília, Vera Salles, Vera Lucia P. de Moraes.

Ilustração:

Lila Figueiredo
M^ª Isabel Cortes Bordas

Fotografia:

Chico de Rezende

Arte:

Cidélia Argolo

Correspondente:

Paris — Linda Bulik
México — Vanice Rahal

Dept^º Jurídico:

Márcia Ramos de Souza,
Luiz Eduardo Rodrigues
Greenhalgh

Distribuidor:

Belo Horizonte: Editôra
Textual Ltda. Curitiba:
J. Ghignone & Cia. Ltda.
O BM é vendido em São
Paulo: Livrarias Siciliano,
Livraria UCITEC,
Bancas do Centro

Rio de Janeiro:

Livraria Folhetim

Curitiba:

Livraria Ghignone

Brasil Mulher - Ano Dois

Um jornal feminista não é só aquele que tem como pauta exclusiva a mulher. O é, também, o jornal que, tendo como objetivo a mulher, preocupa-se em não distanciá-la de um amplo programa de trabalho pela emancipação, incluindo em suas propostas oferecer informação sobre todos os campos, da política à educação. Portanto, para o Brasil Mulher, os acontecimentos nacionais que dizem respeito a todos devem ser abordados e principalmente aqueles que no contexto geral trazem, particularmente, a questão da violência ao ser humano, aos direitos da mulher. É preciso lembrar, sempre, que não existe o reino da mulher. Uma espécie de terra isolada dentro do planeta, onde só vivem mulheres e onde nenhum problema chega. É preciso lembrar, sempre, que a mulher está em todas, embora lhe seja atribuído um papel secundário ou passivo nas relações sociais. E é preciso lembrar, também, que muitas mulheres, na medida que refletem sobre a realidade de suas vidas, assumem uma posição de combate nas fábricas, nas escolas, no comércio, na lavoura, procurando uma igualdade de condição com o homem e exigindo da sociedade respeito aos seus direitos, ainda que precariamente assegurados pelas leis brasileiras.

O Brasil Mulher fez um ano de vida. Estamos no segundo, começando por este exemplar, que tem como maior objetivo reafirmar a posição explícita no editorial zero — outubro 1975 — e ampliada no n^º 1, dezembro.

Começamos com imensas dificuldades, sob um clima de pressão, enfrentando o despreparo intelectual, político, social e sobretudo o despreparo sobre a questão feminina. Fomos o primeiro jornal feminista surgido no país, embora muitos grupos feministas reunidos há vários anos procurassem o mesmo objetivo. Hoje, o Brasil Mulher tem assinantes, sócias honorárias e efetivas que mensalmente contribuem para que o jornal continue saindo, mas ainda dá para manter regularmente a publicação e os vários serviços que a Sociedade Brasil Mulher tem organizado. Precisamos mais gente, mais contribuição, mais colaboração para enfrentarmos o mesmo clima de opressão e pressão com que iniciamos.

Mulher: discuta em seu meio o seu jornal Brasil Mulher, torne-se sócia efetiva, honorária, ou assine o Brasil Mulher, que lhe será enviado mensalmente. Façamos um acordo. Para mantermos a periodicidade do jornal, fato que determinará um maior número de leitores e consequentemente desenvolverá mais rapidamente a consciência das mulheres e também dos homens sobre a questão feminina. Mantenhamo-nos juntos, vamos buscar o companheiro, a companheira, o tio, a tia, o compadre ou a comadre, a filha, o filho, a vizinha.

Pelos Direitos Humanos
e por uma Anistia Irrestrita

Diante desta exposição de motivos, o Brasil Mulher tem a dizer a seus leitores que o documento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB — «Comunicação Pastoral ao Povo de Deus», deve ser profundamente analisado para que as denúncias não gerem apenas nojo, mas além deste sentimento justo, a necessidade de agir em busca de solução. Onde existe a verdadeira preocupação com o que é ser Humano, este documento causará reflexão e neste quadro as mulheres brasileiras devem gritar presente, porque todos estão sendo injustiçados: da mulher trabalhadora à mulher de renda mais alta, embora quanto menor a renda maior seja a violação do direito real à vida.

O documento da CNBB apresenta a violência da realidade brasileira vivida do campo à cidade.

Diz um famoso jornal paulista marcado por 100 anos de posição liberal, defensor das tradições brasileiras, que o documento dos Bispos deveria respeitar a inteligência do famoso «POVO DE DEUS». Baseia-se, para chegar a esta conclusão, em que o documento é falho, primário, porque interpreta a realidade tomando «casos isolados» pela realidade total.

O Brasil Mulher diz: Este documento respeita a inteligência e a sensibilidade do povo brasileiro.

A Igreja Brasileira está, neste momento, desempenhando seu papel cristão, cumprindo suas propostas e compromissos históricos renovados a partir de João XXIII, embora nem todos da mesma Igreja estejam de acordo, incluindo, entre estes, membros da mais alta hierarquia religiosa. A Igreja Católica no Brasil, neste momento, não está só. Estão no mesmo combate pelos direitos e pela justiça as associações trabalhistas, estudantis, culturais e representações de classes, num esforço conjunto para superar estes anos de obscurantismo que já ultrapassaram, estes sim, os limites suportáveis da inteligência do povo brasileiro. As violências denunciadas no documento estão descritas em linguagem simples, direta, mostrando a realidade de forma a não permitir os clássicos sofismas governamentais. O documento é dirigido ao povo brasileiro, e não nos esqueçamos que nossos irmãos de Nação são, na sua grande maioria, gente inculta porém sábia, que aprende no dia a dia das dificuldades o que editorialistas de grande jornais comprometidos com o lucro levam horas a digerir teorias complexas a fim de defenderem com palavras mancas o que há muito está condenado à extinção: A exploração do homem pelo homem.

NOTAS

1 — Por um lapso gráfico no número passado, na chamada de capa saiu o nome de Alzira Vargas, quando o correto seria Ivete Vargas.

2 — Devido à transferência da sede de Londrina para São Paulo

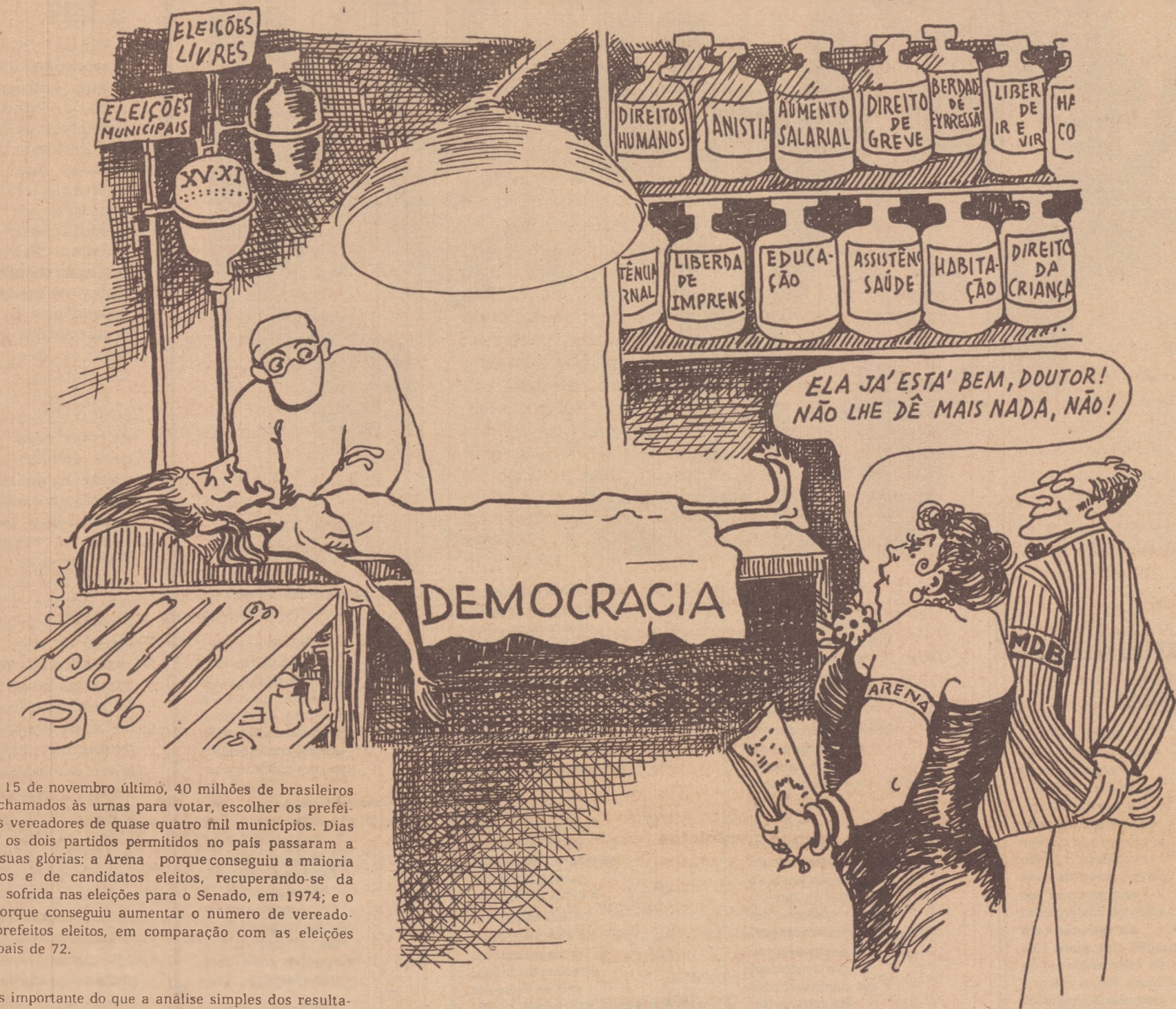
ainda estar em andamento, nossa sede continua a ser Londrina — PR. A correspondência pode ser dirigida a um ou a outro endereço conforme a decisão do leitor, ou seja, à sede de Londrina ou à sucursal de São Paulo.

Esta publicação é de propriedade da Sociedade Brasil Mulher. Sede em Londrina — Av. Inglaterra, 655, CX. Postal 139. Sucursal São Paulo a Rua Oscar Freire, 1607 ap. 2 — CX Postal 13897. Tiragem 5.000 exemplares.

MENSAL — A reprodução das matérias contidas em Brasil Mulher será permitida mediante autorização prévia do Conselho Editorial.

Serviços de Arte, composição e impressão: Diários Associados. São Paulo, 07/12/76.

APESAR DAS ELEIÇÕES



Dia 15 de novembro último, 40 milhões de brasileiros foram chamados às urnas para votar, escolher os prefeitos e os vereadores de quase quatro mil municípios. Dias depois, os dois partidos permitidos no país passaram a contar suas glórias: a Arena porque conseguiu a maioria de votos e de candidatos eleitos, recuperando-se da derrota sofrida nas eleições para o Senado, em 1974; e o MDB porque conseguiu aumentar o número de vereadores e prefeitos eleitos, em comparação com as eleições municipais de 72.

Mais importante do que a análise simples dos resultados é o significado dessas eleições no quadro político nacional, já que foram realizadas com todas as regras que caracterizam um regime de exceção. Assim, apresentamos a seguir alguns pontos que, no nosso entender, merecem reflexão.

Realização

Essas eleições municipais, a exemplo de todas as outras realizadas após 1964, prescindiram de princípios democráticos básicos. Como considerar válida e real a manifestação dos eleitores se as opções ficaram restritas aos dois partidos criados e permitidos pelo governo? Como classificar de «livres» as eleições de 15 de novembro se não há liberdade para o exercício dos mandatos políticos, já que pairam sobre os eleitos as ameaças de cassação pelo AI-5? Como o povo pode escolher livremente seus representantes se não existe liberdade de associação e organização nos diversos setores de atividades, se não existe liberdade de expressão e informação e esta permanentemente ameaçada pela repressão policial?

Como considerar essas eleições representativas se os eleitores nas capitais dos Estados e nos 151 municípios considerados áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais não puderam, mais uma vez, escolher os prefeitos? Além disso, como considerar consciente a escolha dos eleitores se essas eleições tiveram a particularidade de receber como norma de última hora a «Lei Falcão», que proibiu os candidatos de apresentarem suas mensagens no rádio e na televisão?

Não bastassem essas restrições, o clima em que transcorreram as eleições também contribuiu para colocar em dúvida a sua validade em termos de manifestação livre da população, já que o governo federal e os governos estaduais usaram e abusaram de suas maqui-

nas administrativas e o próprio presidente da República chegou a caracterizar o pleito de forma plebiscitária (sim ou não ao seu governo).

Não houve cidade brasileira que não tivesse recebido a visita de um enviado oficial e as promessas tradicionais de véspera de eleições, como a construção de casas populares, centros sociais urbanos para o trabalhador, etc. A isso, deve-se acrescentar as pressões exercidas direta ou indiretamente pelos organismos oficiais a funcionários e a terceiros, o que influiu, inclusive para que muitas pessoas não participassem e não se manifestassem pela oposição. Não faltaram ainda exemplos de boicote à campanha do MDB, como cortes de luz, uso da polícia para intimidar os comícios, prisões de cabos eleitorais notadamente no interior dos Estados.

Apuração

Em número de votos e de prefeitos e vereadores eleitos, ganhou a Arena. Mas isso não impediu o crescimento do MDB em todo o país e, especialmente nos centros urbanos mais populosos. Em 1972 (também eleições municipais), a Arena recebeu 85,24% dos votos válidos e o MDB, 14,76%. No último dia 15 de novembro, a Arena teve votos de cerca de 54% dos eleitores, e o MDB, de 46%. Outro dado importante é que, em 1972, o MDB recebeu votos de 31% dos eleitores das cem maiores cidades do país e agora, em 76, passou a 59%.

No Estado de São Paulo, por exemplo, além de vencer na capital (somente vereadores, de 7 passou para 13 cadeiras), o MDB ganhou em toda a área metropolitana conquistando prefeituras importantes como as das cidades industriais do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema) e Osasco. Significativa também é a vitória do MDB em todo o Estado do Rio Grande do Sul, onde o partido apresenta maior organização nas bases e maior rigidez na linha oposicionista.

Canalização

Qualquer tentativa de explicação para o crescimento do MDB, no entanto, deverá estar presa necessariamente às condições políticas, econômicas e sociais, do povo brasileiro, e não apenas aos méritos do próprio partido como real representante da vontade popular. De um modo geral, esse crescimento deve-se ao descontentamento crescente da população com relação à política econômica dos governos após 64 e a defesa de teses mais próximas da realidade do povo brasileiro pelos líderes mais autênticos da oposição que praticamente revigoraram o partido durante a campanha eleitoral de 74.

Sem outra opção — já que a Arena é o partido do governo — o povo tem canalizado todas as suas insatisfações para o MDB, embora a oposição formal de seus membros e as limitações atuais do regime (principalmente nos Legislativos) continuem impedindo as transformações necessárias à sociedade brasileira. Ainda mais porque, o MDB, além de romper na sua prática política os compromissos teóricos assumidos durante o calor das campanhas, aglutina dentro de si correntes adésistas e inconsequentes, que nada mais fazem, tão logo alcancem o poder, do que aplaudir o que aflige o povo brasileiro.

Assim, mesmo com todas as limitações às atividades políticas, parece restar ao povo brasileiro, como uma preparação para o futuro, a opção de organizar-se cada vez mais em todos os setores da sociedade, independentemente da atuação dos dois partidos existentes. Isso não implica, porém, em deixar de participar, apoiar, criticar e procurar fortalecer as lideranças mais autênticas da oposição, mas sempre sem a ilusão de que o MDB — como um todo — pode e vai «salvar» o Brasil.

OS FATOS ESTÃO AÍ



O candidato feijão

Nas últimas eleições surgiu nos subúrbios cariocas um novo candidato: o feijão. De boca em boca, na resposta de cada um sobre seu melhor candidato, o feijão ganhou força fazendo concorrência aos candidatos dos partidos da oposição e da situação. Dos quase 13% de votos anulados no Grande Rio, a maioria continha o candidato escurinho — o feijão.

Certo ou errado, os votos para o feijão demonstraram o descontentamento da população do Rio de Janeiro pela falta de feijão preto, prato antes barato e considerado «de pobre» e hoje prato de luxo, pelo preço exorbitante a que chegou.

A falta e o conseqüente racionamento do feijão preto do Rio de Janeiro provocou um espetáculo constrangedor. As donas-de-casa que acorreram aos supermercados da zona norte, formando filas de

mais de um quilômetro para comprar a ração determinada pelas autoridades — 2 quilos ficaram sob a mira de metralhadoras dos elementos da polícia militar, convocada pelos donos de supermercados, temerosos de invasões e depredações.

Em muitos lugares ocorreram choques entre policiais e populares resultando muitas mulheres e crianças feridas.

A intimidação e a coação policial foram constantes nas filas do feijão, pois os estoques postos à venda não foram suficien-

tes para atender a todos que procuravam comprar.

Os que se negavam a deixar as filas eram empurrados pelos policiais da PM. As donas-de-casa, revoltadas, protestavam afirmando que «os comerciantes estavam escondendo o feijão para botar aumento, e o pobre que já não pode comer carne, vai também ficar sem feijão». Uma velhinha, fugindo do tumulto, com sua sacola de compras vazia, ao ser perguntada se não iria entrar na fila respondeu: «não entro nesta bagunça, não».

Eu sou nascida no tempo do feijão».

Autor de livro sobre «Esquadrão da Morte» é censurado pela Procuradoria da Justiça

O procurador Hélio Pereira Bicudo, que realizou as primeiras investigações sobre os crimes do «Esquadrão da Morte» e é autor do recém-publicado livro «Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte», está contestando a pena de censura que lhe foi aplicada pelo procurador geral da Justiça, Gilberto Quintanilha Ribeiro, que entendeu que as reportagens publicadas em revistas e jornais e o próprio livro, quebraram o «sigilo funcional».

Ao apresentar recurso contra a pena de censura, Hélio Bicudo lembrou seu afastamento da apuração dos crimes praticados pelo Esquadrão da Morte. «Nenhum membro do Minis-

tério Público é afastado de suas funções quando bem as desempenha, de sorte que esse afastamento pode sempre gerar dúvidas sobre a probidade com que se houve o recorrente no exercício de suas atribuições. Esclarecer o incidente era um dever. E, na hipótese, mais do que em outros casos, impõe-se o completo esclarecimento do assunto como um imperativo de coezinha regra moral. Daí, a publicação do livro».

Esquadrão da Morte — Durante dois anos, um grupo de policiais agiu em São Paulo, eliminando cerca de 200 marginais, a maioria dos quais vinculada ao tráfico de entorpecentes. Depois

de uma matança quase indiscriminada das 200 vítimas contam-se, no máximo 20 elementos de alguma periculosidade — e de uma omissão completa da Polícia que não esclareceu nenhum dos crimes do Esquadrão, as atividades desse grupo, até então misteriosas, começaram a ser investigadas, tendo à frente o procurador Hélio Bicudo, que ora publica seu livro. Nele, em 280 páginas, Bicudo revela fatos até então ignorados, detalhando todos os obstáculos que teve de enfrentar para cumprir a missão que lhe fora confiada pela Procuradoria Geral da Justiça do Estado.

Mostra, também, a omissão das autoridades estadu-

ais e federais da época, que nada fizeram para ajudá-lo nessa missão. Existem, no livro, referências específicas ao governador do Estado, aos secretários da Segurança e aos responsáveis pelo SNI e Polícia Federal.

O livro foi editado pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, seção São Paulo. Na apresentação, os membros dessa comissão afirmam que não tiveram como objetivo «louvar a atuação de um dos seus mais ilustres membros, mas denunciar uma situação de permanente assalto à segurança pública, perpetrado por funcionários precipuamente incumbidos de preservá-la».

Creches: por que as empresas não cumprem a lei?

Cinco prédios para instalação de creches foram entregues neste mês à Fundação do Bem-Estar do Menor, em São Bernardo do Campo. Apenas duas creches, entretanto, estarão em condições de funcionamento a partir de janeiro próximo, ficando sob a responsabilidade de entidades assistenciais e na dependência de donativos e subvenções das Prefeituras e de promoções filantrópicas.

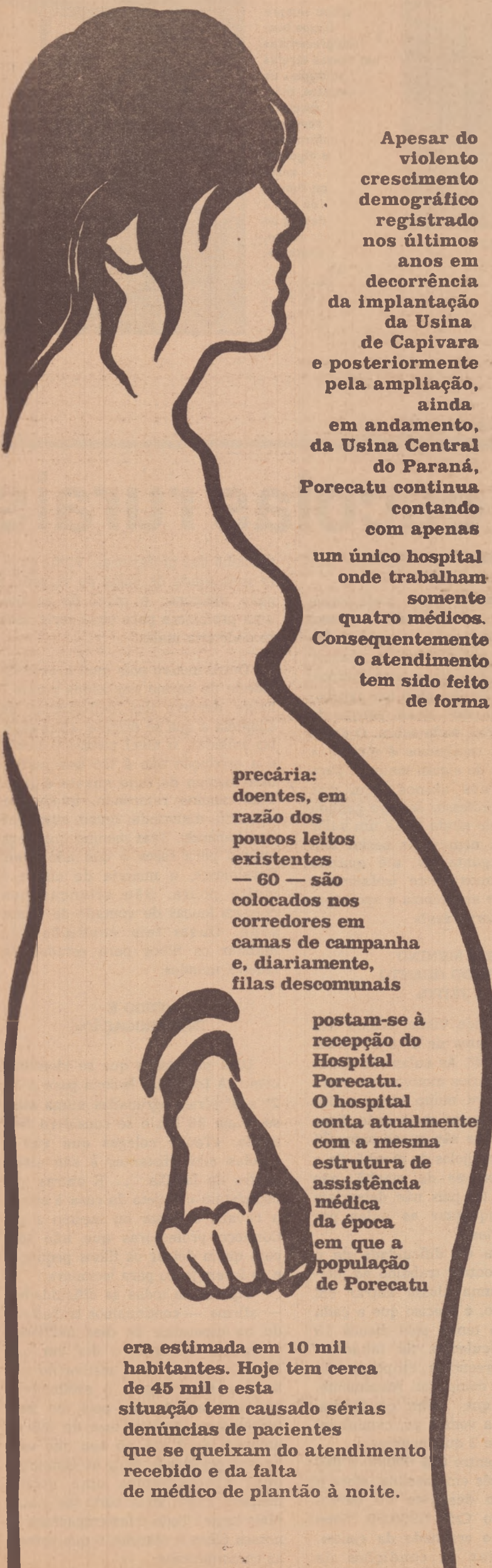
Segundo o diretor-técnico do órgão, a medida não será suficiente para atender ao grande número de mães que trabalham e não têm com quem deixar seus filhos. Para os responsáveis pelos serviços sociais da região, este é um problema comum a todos os municípios do ABC, apesar da atual legislação trabalhista obrigar as empresas a participarem da manutenção dos filhos de suas funcionárias. O problema seria menos grave, acrescentam, se as empresas cumprissem o artigo 388 da CLT, parágrafo 1, que diz: «Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardarem sob vigilância e assistência, os filhos no período de amamentação».

E o parágrafo 2 acrescenta: essa «exigência poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênio com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas em regime comunitário ou a cargo do Sesi do Sesc, da LBA, ou de entidades sindicais».

Para o assessor Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Almir Pasinotto, «não adianta a lei dar respeitabilidade à gestante se ela se vê pressionada a abandonar o trabalho para cuidar dos filhos. Além disso, os contratos feitos entre empresas e creches são meramente formais, não passam de anteparos para a fiscalização».

O ESTADO DE S. PAULO — 10/11/76

Porecatu: vítimas acusam hospital



Apesar do violento crescimento demográfico registrado nos últimos anos em decorrência da implantação da Usina de Capivara e posteriormente pela ampliação, ainda em andamento, da Usina Central do Paraná, Porecatu continua contando com apenas um único hospital onde trabalham somente quatro médicos. Consequentemente o atendimento tem sido feito de forma

precária: doentes, em razão dos poucos leitos existentes — 60 — são colocados nos corredores em camas de campanha e, diariamente, filas desconfortáveis

postam-se à recepção do Hospital Porecatu. O hospital conta atualmente com a mesma estrutura de assistência médica da época em que a população de Porecatu

era estimada em 10 mil habitantes. Hoje tem cerca de 45 mil e esta situação tem causado sérias denúncias de pacientes que se queixam do atendimento recebido e da falta de médico de plantão à noite.

«Não havia nenhum médico»

Uma grave denúncia é feita por Enedina Ferreira Pontes que, visivelmente abatida, contou o seu drama:

«Comecei pré-natal com o dr. Antonio Henrique (um dos diretores do hospital), mas tive que mudar de médico dois meses depois. Um dia, estava me sentindo muito fraca — e receosa de que alguma coisa pudesse acontecer à criança que trazia no ventre, dirigi-me ao hospital para uma consulta. «Não fui atendida. Ele disse que eu estava com medo da gravidez e por isso inventava doenças. Como insisti em ser examinada, o doutor ficou bravo e disse que não tinha tempo a perder com lamúrias histericas».

Por essa razão, passou a consultar-se com um outro médico do hospital, Hans Paul Jurger Kelter, e segundo Enedina, não mudou muito a forma de atendimento. «O alemão é um cavalo, e atende a todos muito mal».

Apesar disso, ela continuou o pré-natal com esse médico até o dia 14 de julho quando realizou se o parto.

«Às 5 horas da tarde daquele dia comecei a sentir uma tontura, seguida de vômitos e não conseguia parar em pé. Meu marido, José Carlos Pontes, chegou de serviço lá pelas 7 horas da noite e me levou para o hospital. Ele trabalha na CBPO, uma das empreiteiras da Cesp. Quando cheguei não havia nenhum médico, mas a enfermeira Yolanda me levou para a sala de operações dizendo a criança estava para nascer. Enquanto isso, o médico chegou e logo depois de ter me examinado chamou meu marido de lado e disse que a criança possivelmente nasceria morta, e que o problema maior era me salvar. Em seguida, mandou a enfermeira aplicar-me soro e uma injeção, e me fez tomar um líquido vermelho que até hoje não sei o que é».

Enedina conta que o médico saiu da sala mandando a enfermeira que «fizesse o serviço». Esta lhe disse que ela deveria fazer força para ajudar no parto, mas estranhou «pois já tive filho antes e não estava sentindo nenhuma contração». Entretanto, fez o que lhe fora solicitado, até que Yolanda tirou a criança.

«A cabeça havia ficado lá dentro»

«A enfermeira não tirou tudo da minha barriga, apenas o corpinho do nenê, a cabeça havia ficado lá dentro». — Enedina começa a chorar e continua: «Depois, ela jogou o pedaço do meu filho no meu colo e disse, é minha filha, pode tratar de arrumar outro pois este já era».

Com o choque e as dores que sentia, Enedina desmaiou e diz não lembrar-se direito do que aconteceu. «Sei apenas que um dos médicos terminou de tirar o resto do meu filho, pois só acordei, no outro dia às 10 horas da manhã».

Duas horas depois, segundo a paciente, as enfermeiras retiraram o soro que lhe estava sendo aplicado, dizendo que ela havia recebido alta e podia ir embora. «A uma hora da tarde fui para casa e passei mal durante todo o dia. Não conseguia ao menos levantar-me da cama».

Dias depois, Enedina desmaiou por causa das dores que vinha sentindo «na barriga» e foi levada para o Hospital São José, em Centenário do Sul, sendo atendida pelo médico Henrique Silas Chaves «que salvou a minha vida, com a ajuda de Deus».

Enedina conta que o médico, após examiná-la e submetê-la a exames de raio-X, constatou que «um pedaço de meu filho ainda estava dentro de mim», e que as dores e os desmaios que vinha sentindo eram sintomas de infecção tetânica. «Daí, ele me atendeu, fez a limpeza do local e me enviou para o Hospital Evangélico em Londrina, onde o doutor me curou direitinho».

«Quem acabaria na cadeia seríamos nós»

O marido de Enedina, procurado em seu local de trabalho, confirmou as acusações da mulher

contra o Hospital Porecatu, e disse que chegou inclusive em pensar em processar juridicamente a instituição. «Vários amigos se prontificaram em me ajudar, mas confesso que tive receio, pois os doutores são cheios de grana e pessoas influentes na cidade. No fim, eles acabariam ganhando a questão e quem acabaria na cadeia seríamos nós», acrescentou.

José Carlos conta ainda que, a partir daquele 14 de julho, «Enedina não é mais a mesma. Ela vive chorando pelos cantos da casa e nós temos receio de que não poderemos mais ter filhos. Além do mais, apesar de tudo que aconteceu, e mesmo sendo contribuinte do INPS, eles ainda me cobraram 500 cruzeiros pelo belíssimo serviço que fizemos com minha mulher». — finalizou.

Outras denúncias

Sônia Maria Antunes levou sua filha de 10 meses para consultar-se com o médico Antonio Henrique. Como ele não poderia atender naquele dia, procurou um outro médico, o Agamenon Paduan que, segundo ela, recusou-se a atendê-la alegando que ela não estava com a guia de indenização do INPS: «Sem guia não tem consulta, e não adianta insistir».

Desesperada, levou a menina para o Hospital São José, em Centenário do Sul, onde foi atendida sem nenhuma complicação. «O dr. Chaves concordou em receber a guia do INPS mais tarde». E concluiu: «Não é a primeira vez que isto acontece com a gente. Os doutores, a nos atender parecem que estão dando uma esmola, o que não é verdade, pois meu marido trabalha no CBPO, e paga religiosamente o INPS».

Maria Zilena Alves do Rosário morreu em consequência do parto realizado no Hospital Porecatu. O viúvo Osvaldo conta que ela se queixava do mal atendimento durante as consultas do pré-natal. Na noite do dia 3 de setembro, Maria foi submetida a uma cesariana. «Minha mulher depois sentiu-se mal», e a enfermeira, assustada com o seu estado, telefonou para o médico «que só apareceu quando a minha mulher já estava nas últimas». Segundo o médico, Maria morreu em razão de uma hemorragia causada por varizes internas. Revoltado, Osvaldo condena o médico por não ter examinado corretamente a sua esposa. «Se isto tivesse acontecido, ele, como médico que cuidou dela durante tantos meses, deveria ter conhecimento deste problema e ela poderia ter sido salva».

Médicos contestam

Procurado para esclarecer as denúncias de que tem sido vítima, o médico negou as acusações de Enedina, afirmando que permaneceu ao seu lado desde a sua entrada no hospital. Quanto à criança, o pai havia sido avisado que, há muito, estava morta na barriga da mãe. «Desde quando, ninguém poderá saber, porque é simplesmente impossível. Ao realizar o parto, a criança teve uma desarticulação dos tecidos, pois estes já estavam decompostos. Por isso, na hora de retirar o feto, algumas partículas, realmente ficaram no interior da mãe. Este fato, para as pessoas leigas, poderá parecer estranho, mas para os médicos é uma coisa normal, pois quando as células morrem, existe a desarticulação dos tecidos», — esclareceu.

Quanto à falta de atendimentos apropriados, os médicos também discordaram, e afirmam que jamais um paciente deixou o hospital sem receber o «tratamento adequado».

Segundo o diretor do hospital, «com as condições de assistência oferecida pelo INPS, para o contribuinte como para o hospital, é até irracional dizermos que não atendemos aos previdenciários, pois mesmo que o paciente não seja contribuinte, ele é atendido. O INPS paga o hospital para receber o paciente. Portanto não temos nenhum motivo para não atendermos os doentes». Ressalta, ainda, que mesmo antes desta resolução do INPS em relação aos hospitais com os quais mantêm convênio, «nós nunca deixamos de atender a ninguém».



«Nos momentos em que encravamos nas estradas barrentas e ficamos todas enlameadas, temos vontade de deixar a profissão.»



«Não deixo as crianças usarem o banheiro. Na entrada tem um buraco de tatu e por dentro a terra dá fossa está desmoronando. Se uma criança cair lá dentro, a responsabilidade é minha.»

«Nem sempre somos bem compreendidas em nossas tarefas múltiplas de mestra, mãe, diretora, servente, enfermeira, e algumas vezes na função de velha devido ao nosso cansaço.»



A luta das professoras nas escolas rurais

Nas zonas rurais, para atender a obrigatoriedade do ensino fundamental para a faixa etária dos 7 aos 14 anos, os municípios mantêm escolas isoladas cedidas por fazendeiros. São estabelecimentos precários, em locais de difícil acesso, com uma ou duas salas de aula. Alguns contam com cozinha e banheiro; outros nem água têm.

Na realidade, o ensino de primeiro grau nessas escolas raramente atinge a 4ª série, em consequência, principalmente, do baixo nível econômico dos trabalhadores do campo. Mandar um filho para a escola representa abrir mão de um braço para o trabalho.

As professoras que lecionam nessas escolas são pagas pelo Estado. Elas enfrentam diariamente inúmeras dificuldades, que vão desde o transporte até a falta de apoio oficial para manter a escola em funcionamento.

Cesarina, Vilma, Teresa e muitas outras que lecionam no interior do Estado de São Paulo queixam-se da situação e reivindicam melhores salários.

«O que penso desta vida de professora de escola isolada? Pois bem, em primeiro lugar, creio não ser meu o pensamento, mas de todas as minhas colegas que se encontram na mesma situação» — diz Cesarina, professora em escola isolada há dez anos. «Acredito — continua — não ser esta a pior das profissões, mas poderia ser melhor se tivéssemos um maior rendimento econômico, que nos possibilitasse pagar uma empregada, pois somos quase todas donas de casa». E explica que além do horário da escola, elas têm o tempo tomado no preparo das aulas (no caso dela, para 1ª, 2ª e 3ª séries), na correção de cadernos e provas e no atendimento às exigências burocráticas do ensino (preenchimento de diversos tipos de fichas para cada aluno).

A escola de Cesarina é uma construção parcialmente destelhada equipada com 15 carteiras duplas, um armário encostado na janela de vidros quebrados «para não entrar ladrão», uma mesa e uma cadeira. No canto direito, junto à lousa, há um quadro de cartolina confeccionado pela professora, onde estão colocados alguns cartões com figuras e números.

Cesarina afirma que «as professoras não têm condições financeiras para adquirir material mais variado e necessário para lecionar». — E

justifica: «A nossa profissão é uma das que mais necessita de material que se renova a cada dia, mas como adquiri-los? É por isso que as aulas se tornam cada vez mais monótonas para nós mesmas. Sentimos a necessidade de comprar material pedagógico que nem sempre pode ser improvisado. Mas com que? Se nem temos uma ajuda de custo para as despesas de condução que levam quase todo o nosso ordenado e mal sobra dinheiro para custear nossos seguidos estudos que não podem parar, a fim de não sermos passadas para trás?. Se não temos marido ou uma família que nos mantenha, a realidade é esta: trabalhar, estudar, e o resto do tempo pensar em como ganhar mais dinheiro para nos sustentarmos. Para melhorar a nossa situação precisamos de mais dinheiro!»

«FOMOS ATACADAS POR BOIS BRAVOS»

Confirmando as palavras de Cesarina, Teresa, professora há 15 anos, diz que gasta mensalmente Cr\$ 1.300,00 de gasolina e viaja 100 km por dia, uma parte no asfalto e outra em estrada de terra, enfrentando perigos. «Paro muitas vezes para consertar mata-burros quebrados. Além disso, arriscamos a vida ao passar entre cavalos e bois que ficam soltos pelas estradas. Muitas

de nós já fomos atacadas por bois bravos.»

«Na zona rural, as professoras, além de dar aula, limpam a classe, cuidam de alunos doentes, preparam a merenda, enfim, têm de exercer várias profissões ao mesmo tempo», — desabafa Teresa. «E o que recebemos por tudo isso? Nada, porque do salário, no final, nada sobra. O único material que recebemos é giz. Se a gente precisa de algum material para apresentar aos alunos, tem que comprar. O professor sempre ganhou mal. Antes, ele ainda tinha um valor social, agora nem valor social tem mais. E perguntamos: até quando permaneceremos neste isolamento, nesta falta de assistência e apoio por parte das autoridades?»

TEM MENINO DE TUDO QUANTO É JEITO»

A escola onde Vilma leciona tem duas classes: uma de 1ª e 2ª séries, outra de 3ª e 4ª. As aulas são dadas à tarde por vários motivos: «A outra professora mora muito longe e não dá para ela chegar mais cedo. Fora isso, as crianças são quase todas do lar e fazem tijolos de manhã. Se a escola funcionasse de manhã, não teria alunos. Os pais não deixariam os filhos frequentar as aulas por causa da olaria».

Vilma fala da dificuldade de o professor encontrar trabalho no interior: «Para uma classe entrar em funcionamento, é preciso que a cada início de ano tenha pelo menos 18 alunos matriculados. Se faltassem alunos para preencher, eu procuraria crianças para completar. Atualmente, há crianças que vêm de ônibus, mas a maioria vem a pé, caminhando até mais de 3 quilômetros».

Ela gasta entre Cr\$ 600,00 e Cr\$ 700,00 por mês em gasolina, «fora a lavagem e o desgaste do carro. Ganho líquido Cr\$ 1.900,00. Sobe tudo, menos o ordenado da gente». Para melhorar as condições de

trabalho das professoras, Vilma sugere uma ajuda de custo de viagem, e para melhorar o nível de ensino, uma professora para cada série. «Ela se dedicaria mais».

Outro motivo pelo qual a produtividade do ensino nas zonas rurais é baixa decorre das deficiências da clientela a que se destina. «Nas escolas isoladas, o nível mental é baixo, e a produção não é tão boa porque tem menino de tudo quanto é jeito. Tem menino retardado, inteligente, educado, malcriado, limpo, sujo, que fica babando. Tem menino que pega animal para fazer o que não deve. Geralmente, a maioria da classe é muito pobre. São crianças que chegam loucas de vontade de tomar sopa. Quem tem condições de mandar os filhos para estudar na cidade, manda».

«TUDO É INTERROGAÇÃO»

Uma professora que se identifica como «A Idealista» leciona para a 1ª, 2ª e 3ª séries agrupadas numa classe. Viaja 36 km e se considera feliz: «Tendo colegas que vão a escolas mais distantes e são ainda chefes de família... E outras que completam o trajeto da casa à escola a cavalo, a trator ou mesmo a pé. Conheço professoras que não têm com quem deixar os filhos pequenos e os levam junto para lecionar».

«Apesar de todas as dificuldades, — afirma — continuamos trabalhando na esperança de dias melhores, como por exemplo o dia em que formos efetivadas. A efetivação nos trará a segurança e a estabilidade que nós não temos, pois até hoje trabalhamos na incerteza do dia de amanhã. Será que no ano que vem haverá prioridade para os concursados? Escolheremos uma escola melhor? Pior? Mais perto de casa? Mais longe? Tudo é interrogação e os nossos filhos e maridos é que sofrem as consequências...»



«Gostoso é transmitir alguma coisa àqueles que não sabem nada. A única satisfação vem por parte dos alunos.»



«Todos os dias levo água para os alunos beberem. A da cisterna é muito suja. Cansei de pedir filtro pra prefeitura. Se o salário fosse melhor eu poderia comprar.»

Rio de Janeiro

PROFESSOR: MÁGICO OU GÊNIO?

A EVASÃO — FUGA ANTES DO SUICÍDIO PROFISSIONAL

No quadro do funcionalismo do município do Rio de Janeiro, a função que tem mais falta de pessoal é a de professor, com cinco mil vagas. Entretanto, no período de um ano e meio, um mil professores deixaram o magistério.

Entre eles, 440 eram efetivos. Os licenciados por vários motivos somaram sete mil. A maioria dos pedidos de exoneração é de professores com três a seis anos de serviço e ocorre principalmente nas épocas de grandes concursos para bancos ou empresas estatais.

O SALÁRIO — RIDÍCULO PARA UM MESTRE

O salário inicial para o primeiro grau, no município do Rio de Janeiro é de Cr\$ 1.337,90. Anualmente, o aumento tem sido sempre menor que o do salário mínimo e muito menor ainda que o índice de inflação.

Em seu editorial de 21/10/76, o Jornal do Brasil diz que «este ano um mil professores deixaram suas escolas porque os salários pagos chegam ao nível do ridículo». «Recebendo menos que os garis (varredores de

1 Evasão: Fuga antes do suicídio profissional

2 Gratificação: Um paliativo

3 Salário: Ridículo para um mestre

4 Mulher: Professora e doméstica

rua) — que exercem profissão útil, mas isenta da escolaridade exigida para um mestre de ensino fundamental - preferem os professores recorrer a outras atividades do mercado de trabalho.

Assim, os professores do ensino de 1º grau, que é na sua quase totalidade constituído de mulheres, vivem uma verdadeira luta pela sobrevivência.

A GRATIFICAÇÃO — UM PALIATIVO

Vieram as eleições de 15 de novembro.

O prefeito Marcos Tamoyo (R.J.), assinou no dia 13 de novembro decreto concedendo, a partir de março de 77, gratificação de 20% para os professores em regência ininterrupta de turma, e de 10% para os professores que lecionam em locais de difícil acesso. A verba necessária, Cr\$ 141 milhões, será concedida, segundo o prefeito, com a prorrogação de obras, diminuição das despesas e aumento da arrecadação municipal.

Os professores não se enganam com mais este paliativo. Eles sabem que gratificação não é aumento de salário, não é classificação de cargos, equiparação de trabalhos, melhoria de condições, não é, em resumo, a valorização social, técnica e humana a que têm direito e que continuarão a reivindicar.

MULHER: PROFESSORA E 'DOMÉSTICA'

Somando-se ao insignificante salário as horas que passa na condução; a alimentação precária; as idas e vindas para cuidar dos seus assuntos funcionais como licença, remoção e amparo; o corre-corre de uma escola para outra por necessidade de mais um emprego; as muitas funções paralelas como mãe e doméstica, que resta aos professores como estímulo para educar? Com um golpe de mágica, transformar crianças, em geral, carentes sob vários aspectos, em máquinas receptoras de um programa fora da realidade? Ou engrossar cada vez mais as fileiras de alunos desinteressados que vão à escola obrigados ou para ganhar merenda?

Diante do quadro caótico do Ensino Oficial a secretária da Educação do Estado do Rio de Janeiro, professora Myrtes Wenzel, se contradiz quando reafirma em todas as oportunidades que o magistério exige, principalmente, vocação. Vocação para que? Para a fome? ou, para a magia?

«E o problema só poderá ser resolvido a partir do momento em que o governo passar a considerar o salário do professor como um investimento e não como uma despesa.» (Secretária da Educação do Estado do R. J. ao Jornal do Brasil, 15/10/76.)

Mulher, Universidade e Trabalho

Há pouco mais de 40 anos, ingressava na Faculdade de Medicina de São Paulo a primeira mulher, cercada das mais diversas pressões. Certa vez, quando lhe foi pedido que falasse sobre as glândulas mamárias, ao baixar os olhos, envergonhada, ouviu um inesperado e autoritário «zero», sob a sentença de que «a senhora estava colando»

Hoje, o incidente entrou para o folclórico arquivo das anedotas universitárias. «Agora — costuma-se dizer — o preconceito é quase imperceptível — : as mulheres já preenchem mais de 40% das vagas oferecidas nas universidades brasileiras».

Contudo, uma análise mais cuidadosa do índice de matrículas femininas nos últimos anos e do seu crescimento em relação ao todo, que tem sido significativo, mostra que ainda existe discriminação. E — o que é pior — tende a aumentar. Sendo inevitável a participação da mulher no ensino superior, tenta-se preservar para ela as carreiras que vão perdendo gradativamente o antigo «status» na hierarquia social e econômica: o magistério do ensino fundamental e o médio e as chamadas carreiras assistenciais — Serviço Social, Obstetrícia, Enfermagem, Biblioteconomia, Economia Doméstica, Nutrição, Psicologia — se constituem hoje profissões quase exclusivamente femininas.

O ingresso às chamadas «carreiras nobres» continua mantendo índices tão baixos quanto os verificados em 1956, quando as mulheres constituíam 2% dos alunos de Engenharia, 3% de Agronomia, 3% de Veterinária e 20% de Medicina. Um documento elaborado pelo Ministério da Educação mostra que, em 1971, esses índices haviam evoluído para 3% em Engenharia, 7% em Agronomia, 13% em Veterinária e 24% em Medicina.

Conquistas parciais

Esse quadro nos mostra que as conquistas das mulheres na área do ensino superior têm sido apenas parciais. Se por um lado, ela passou a usufruir cada vez mais dos benefícios da universidade (sua representatividade aumentou a taxas maiores do que a expansão das faculdades) por outro, verifica-se que o padrão de escolhas de carreiras não sofreu alterações significativas, mesmo nos grandes centros como São Paulo, onde o mercado de trabalho mais diversificado poderia encorajar outras opções.

O acesso da mulher ao ensino superior no Brasil, e sua evolução nos últimos anos, foi analisado por Carmem Lúcia de Melo Barroso e Guimar Namó de Mello, ambas do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (1). Elas começam definindo as restrições encontradas pela mulher já no segundo grau, quando as habilitações específicas teoricamente permitem o acesso a qualquer área da Universidade, embora, na prática tornem a opção bastante limitada. A pesquisa demonstra, por exemplo, que desde esta fase procura-se encaminhar a mulher para a chamada área de Ciências Humanas — menos valorizada em termos salariais enquanto os homens nos cursos preparatórios às carreiras científicas e tecnológicas.

Ao enfrentar o vestibular, saindo do curso clássico ou normal, a mulher só consegue competir em igualdade de condições com os rapazes do científico se tiver qualidades excepcionais, caso contrário não conseguirá suprir as deficiências de formação apenas com as aulas de «cursinhos». E, talvez por esse motivo, a maioria das candidatas terminam optando pelo magistério de segundo grau, que vem sendo abandonado pelo homens, ou pelas carreiras a que se convencionou chamar de «adequadas» para as mulheres. Os relatórios anuais do Ministério da Educação demonstram que a participação feminina aumentou de 26% em 1956 para 40% em 1971, embora a expansão das matrículas não tenha se dado de maneira uniforme.

Pouco status

Nas carreiras com status mais significativos na escala econômica e social, a participação continua a mesma ou modificou-se em termos insignificantes, enquanto nos cursos dedicados ao magistério cresceu em termos absolutos e relativos. Nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia, por exemplo, de um total de 10.555 alunos matriculados em 1956, 67 por cento eram mulheres. Em 1971, esse número foi superado em mais de dez vezes; chegou a 114.975, com uma proporção de 77 por cento de mulheres.

Por outro lado, uma classificação dos cursos que mantêm os maiores índices de matrículas femininas demonstra que as «carreiras nobres» ocupam os últimos lugares, sendo superadas por mais de 16 profissões quase que exclusivamente preenchidas por mulheres em seus cursos de graduação. Já se tentou explicar esse fato com o argumento de que as mulheres, de uma forma geral, obtêm menores notas do que seus companheiros nos vestibulares, entando, portanto, menos qualificadas para concorrer a cursos mais disputados. Essa diferença, porém, foi originada pelos próprios cursos preparatórios, mais deficientes quando constituídos por uma maioria feminina. E também se verificou que, no ensino médio, o aproveitamento das mulheres é superior ao dos homens.

Esses dados, se não são suficientes para explicar as origens mais profundas destas diferenças, revestem-se de grande interesse prático. «Indicam que quase a metade da população que consegue chegar ao vestibular — já altamente selecionada — tem suas oportunidades limitadas quanto às carreiras que, a priori, lhe são definidas como apropriadas», conclui a pesquisa. Quando concorre a uma vaga na faculdade, a mulher tem sempre menores chances de sucesso do que o homem.

(1) A síntese do resultado da pesquisa foi publicada no Caderno de Pesquisas nº 15 da Fundação Carlos Chagas.



Rosa
dos
Ventos

Feministas espanholas se organizam



Na Espanha, no decorrer deste ano, em consequência do Ano Internacional da Mulher, promovido pela ONU em 1975, os movimentos feministas se definem, tomam corpo e se assumem publicamente. Nesse contexto surgiu em Barcelona (Verano 1976) uma publicação «VINDICACION feminista», editada por Ediciones de Feminismo SA, dirigida por Carmem Alcalde, subdireção de Marisa Hajar, cujo primeiro número traz a data de 1º de julho de 1976. De acordo com seu editorial, VINDICACION é uma publicação que «se propõe cobrir o vazio dos meios informativos dedicados à mulher.

Vindicación feminista

Tratar com dignidade seus problemas específicos de trabalho e profissão, deficiências da legislação civil e penal vigentes, todas as dificuldades derivadas de uma infra-estrutura inadequada à maior participação da mulher no trabalho assalariado. Discutir, através de uma correspondência e de um dinâmico intercâmbio informativo entre as leitoras e nós as situações mais conflitivas na família. Informar e receber informação sobre

os movimentos de libertação da mulher em todo o mundo. Analisar os temas de atualidade política e cultural que nos afetam, de uma ou de outra forma. Estaremos a serviço de uma informação profunda e paciente, sem nunca deixar de lado a visão irônica, sugestiva e criadora, que nos levará ao descobrimento crítico desse potencial enorme, ignorado, que encerra a existência da mulher, nunca totalmente assumida nem reconhecida». O endereço de VINDICACION feminista é Roger de Flor, 96, 2º, 2º. Barcelona — 13. Fone: 246-2827.

Em Madrid a polícia dispersou, no dia 24 de novembro, quinhentas mulheres que realizavam uma manifestação convocada pela Plataforma de Associações feministas em Madrid, pedindo a supressão do delito de adultério, lei do divórcio, legalização do aborto e liberdade na venda de anticoncepcionais. Neste mesmo dia um casal, culpado de adultério, era condenado a sete meses de prisão.

Uma nova consciência começa a nascer na mulher espanhola que compreendeu que não pode lutar por seus direitos em um regime não democrático.

Finda a guerra civil, durante a época franquista, a mulher espanhola era educada para ser dona de casa. Uma das metas era: «temos que fazer com que a mulher encontre ali toda a sua vida e o homem todo o seu descanso». Na década de 60, com o crescimento industrial, um maior número de mulheres teve que incorporar ao trabalho assalariado. Através dos anos, foi promulgada a lei dos direitos da mulher, que quase comparava a mulher ao homem, jurídica, trabalhista e politicamente, embora não excluísse as discriminações em todas essas áreas.

No princípio dos anos 70, começaram a aparecer os primeiros movimentos com conotações feministas, que culminaram no ano de 1975 — Ano Internacional da Mulher — com o documento conjunto apresentado por diversas organizações, desde a Associação das Mulheres Separadas Legalmente, até a Juventude Trabalhadora da Ação Católica, que dizia: «A liberação da mulher no mundo passa por uma mudança de estruturas e de mentalidade que modifica a relação mulher-homem. Na Espanha passa também pela necessidade de conseguir a democracia.»

Esses movimentos clandestinos e minoritários começam a fazer-se representar publicamente em 1976, sendo os principais: Movimento Democrático da Mulher (MDM), de caráter unitário e composição pluralista. Militam nele mulheres de diferentes crenças e ideologias. Edita mensalmente o boletim «A Mulher e a Luta», defende que a solução é de «massas e não de minorias», proclama a democracia.

A Frente de Libertação da Mulher (FLM), é um grupo autônomo, porque as mulheres «devem tomar as rédeas de seu combate ante o fato histórico que nenhum grupo oprimido se emancipou sem ter levado a cabo sua própria luta». Admite que seus membros pertençam também a outro partido político e considera que os interesses da mulher «estão unidos ao de todos os oprimidos e aos da classe trabalhadora em geral, portanto não se define como interclassista». O Partido Coletivo Feminista (CF) — o mais radical considera o feminismo uma «ideologia que leva implícita em si mesma a transformação da sociedade». Não admite a dupla militância, já que pretende converter-se em partido político, preconizado «a organização política das mulheres como uma linha política que apresente uma opção de poder».

A Associação Democrática da Mulher (ADM), admite dupla militância, porém se proclama autônoma, pois pretende «lutar pela liberação da mulher como os partidos, porém com mais alas nos partidos». A ADM se define como uma associação política e feminista e denuncia como falso o planejamento da liberação individual de cada mulher nesta sociedade», acrescentando que sua luta não é uma luta contra o homem mas sim pelas liberdades democráticas na Espanha.

(De José Antonio Novais, «O ESTADO DE S.PAULO» — 27/11/76)

Na Itália, as mulheres manifestam-se nas ruas.

Rosa
dos
Ventos



anno detto che
avrò il consultorio
are e l'asilo nido
e peccato che sto annegando..



As mulheres italianas vêm recorrendo cada vez mais às manifestações para chamar a atenção do público para os seus problemas. Elas saem às ruas para exigir melhores oportunidades de trabalho, salários iguais aos dos homens para a mesma função, moradia decente e a preço acessível, para protestar contra as discriminações, o custo de vida, a poluição e para defender o meio ambiente. Esta última questão se tornou uma constante nas manifestações, principalmente depois que em Seveso — cidade italiana atingida por uma nuvem tóxica emanada de uma fábrica de produtos químicos — mais de 300 mulheres grávidas viram-se ameaçadas de ter filhos com graves defeitos físicos e mentais.

A revista «L'Europe» abordou amplamente os principais problemas que vêm preocupando as mulheres italianas, como trabalho, moradia, o meio ambiente, o aborto, a violência e fez entrevistas com as principais ativistas feministas do país. Para o semanário italiano, as mulheres escolheram o único caminho possível para obrigar a sociedade a «ver» os seus problemas: o das demonstrações em praça pública. Para «L'Europe», a condição da mulher é uma questão — chave na sociedade atual, pois estão em jogo a energia, a criatividade, a dignidade da metade da humanidade, mantida por séculos fora da história. «Enquanto as dívidas contraídas com a mulher forem pagas com a moeda do palavreado em lugar da ação concreta, o movimento feminista será obrigado a arcar com todo o peso da luta pela libertação da mulher com escassos ou pouco convictos aliados», frisa o semanário.

Comentando a mais recente manifestação das mulheres italianas, por ocasião da visita do presidente do Conselho de Ministros, Giulio Andreotti, à região de Friuli, norte da Itália, a revista mostra que a situação da mulher se torna a cada dia mais difícil porque no atual sistema é ela que sente mais os efeitos da crise econômica e social. As mulheres de Friuli desfilaram pelas ruas levando cartazes nos quais criticavam a crise da moradia, o custo elevadíssimo dos aluguéis, a falta de serviços sociais que lhes permitam sair do isolamento doméstico a que são relegadas.

Para Claudia Sorlini, ativista feminista, a luta da mulher pela casa poderia parecer contraditória por ser a casa considerada como um gueto da mulher. No entanto, ela afirma que essa luta é uma batalha que ajuda a emancipação

da mulher. O fato de a mulher organizar-se para exigir uma casa e baixos aluguéis, ainda que não sejam problemas especificamente femininos, servem para elevar sua consciência, mostrar sua força, e as vantagens de se reunir, de se encontrar com suas companheiras para discutir, tratar coletivamente os problemas, superando a divisão histórica entre os sexos. Quando as mulheres saem de seu estreito ambiente doméstico para unirem-se a outras mulheres, elas comemoram a pôr em cheque seu papel «específico» de donas-de-casa para adquirir uma consciência política.

As arquitetas Lorenza Mineli e Maria Antonietta Aragona em estudo que vêm realizando sobre o condicionamento da mulher através da distribuição do espaço interno, mostram que enquanto na comunidade primitiva a mulher — dona da casa — tinha o mesmo poder de homem — dona da praça — com o passar do tempo, o homem se apoderou dos espaços internos, dispondo-os de acordo com suas «exigências», que afirma ser aquelas da mulher. O homem, segundo as arquitetas italianas, acabou fazendo da casa seu lugar privativo, assim como transformou a praça no seu lugar social. Elas criticam também a instituição do hábito da moradia em apartamentos, onde cada um tem seus próprios serviços privados, alegando que isso aprofundou o que há de mais cansativo e alienante para a mulher. «Nós aspiramos à construção de uma moradia onde o serviço seja socializado, uma casa que sirva igualmente ao homem e à mulher, que supere a barreira da divisão de papéis — social para o homem, doméstico para a mulher», afirma. Por fim, dizem pretender uma forma de habitação para uma sociedade onde as relações não sejam mais ditadas pela especulação e onde o relacionamento homem/mulher seja prioritário, de igual para igual.

«L'Europe» publica também um documento, «uma informação científica» onde aborda em seis pontos as diferenças que existem entre os dois sexos para comprovar que, se elas existem, «não significam inferioridade ou incapacidade» da mulher. Pelo contrário, tratando das diferenças de gênio, físico, sexualidade, psiquismo ou grau de inteligência, o semanário comprova as grandes qualidades da mulher, superando mesmo o homem, em muitos aspectos, para chegar à conclusão de que a chamada «inferioridade» apregoada da mulher, é um mero condicionamento social, de educação e ambiente.

mulher sozinha é prostituta?

Tamarana, antiga São Roque é anterior à fundação de Londrina sendo atualmente distrito daquela cidade. Tem 13 mil habitantes na zona urbana e 20 mil na zona rural. A cidade tem como meios de comunicação telefone, correio e uma rodovia asfaltada até Londrina. Não conta com qualquer associação recreativa ou clube. Possui ainda duas escolas de níveis primário e secundário, dois hospitais, uma farmácia, igreja matriz e 26 capelas em todo o distrito. Na sede, a maioria se ocupa de pequeno comércio principalmente com bares e mercearias, onde toda população se abastece.

A delegacia de Tamarana anda agitada porque o delegado Lázaro Alexandre de Oliveira - Lazinho Mineiro, -36 anos como delegado da cidade - persegue as mulheres que vivem só com seus filhos pois de seu ponto de vista, e de uma parcela da população, elas são prostitutas e como tal devem ser fichadas passando a viver na «zona» ou então «serem deportadas», segundo declarações de delegado ao BM.

Essa opinião também é partilhada pela proprietária de uma das «casas de tolerância» que afirma: Lugar de feitura é aqui na zona e não na cidade. A Elza, Laide, Maria Augusta e outras precisam vir para cá.

A cidade está dividida em opiniões sobre o comportamento de algumas mulheres que para sobreviver trabalham em serviços da ordem de subemprego como: lavar e passar para fora, servir em bar ou costurar. Para alguns «elas são pessoas que tem direito de viver como querem, deixar entrar em casa quem escolhem e não precisam dar satisfação pra ninguém».

Dona Izaltina Oliveira olha para Lazinho Mineiro e fala: «Eu sou sempre a favor do meu marido, ele tem tido muito trabalho porque hoje em dia os estudantes tem que voltar pra casa acompanhados dos pais por causa dessas mulheres que andam por aí».

Lazinho interrompe Dona Izaltina: «Desde que a tal da Elza chegou em Tamarana as coisas andam difíceis. Ela está dificultando meu trabalho botando minhoca na cabeça das outras mulheres. Ela é uma revolucionária. Há pouco tempo ela apareceu por aqui com duas filhas e se diz professora, mas é uma prostituta disfarçada de senhora».

Elza Segura, 30 anos, solteira, sem religião tem o primeiro ano de formação para o magistério. Vive do aluguel de uma casa em Londrina e da venda de pequenos produtos à domicílio. Fala ao BM: «Lazinho tem mania de perseguir as mulheres e muito mais as que são prostitutas. Ele ganha Cr\$ 10 por cada moça que leva pra zona. Ele e gente que manda no padre, no verdadeiro delegado (existe na cidade um delegado nomeado, Genésio Lemes, que não exerce suas funções) no dono do bar, nos políticos e todo mundo tem medo dele. Pra andar aqui na cidade é preciso ter salvo conduto dado pelo Lazinho».

«...Quem manda aqui sou eu ou você?»

Elza continua as declarações explicando os primeiros instantes de um conflito que chegaria ao fórum de Londrina quando, devido às pressões, recebeu um Habeas Corpus preventivo para poder permanecer na cidade. «Andei a cavalo, falaram com o delegado, ele chamou minha atenção dizendo que mulher direita não anda a cavalo. Andei de bicicleta e as mulheres casadas deram queixa. Fui interrogada por Lazinho e disse que ninguém tinha nada a ver com minha vida. Ele respondeu que eu era bocuda e que não respeitava a autoridade».

Outros fatos similares aconteceram e Lazinho passou a perseguir sistematicamente Elza, até o dia em que invadiu sua casa à noite com dois policiais, revistando tudo, inclusive Elza para verificar se não estava armada. De dentro do quarto suas duas filhas espiavam a invasão sem compreender.

Vânia de 11 anos comenta: «No mundo todas as mulheres tem que brigar. Minha mãe sabe se defender bem mas às vezes as coisas vão mal e agora ela está brigando por causa do falatório. Dizem que ela é prostituta. Aqui é a lei do mais forte. Minha mãe fala que quem pode mais chora menos».

Vera, a outra filha de Elza, brincando numa bacia d'água reflete: «E, mas é muito perigoso pra criança».

Na terceira vez que Lazinho Mineiro foi a casa de Elza, chegou e disse:

— Vim te buscar.

— O senhor tem mandato judicial?

— Não preciso de mandato. Quem manda aqui sou eu ou você? Se não quer vir por bem vira por mal. Você vai ter que fazer um exame.

— Eu não estou doente, responde Elza.

— Você e mulher da vida e tem que fazer exame de sangue e ginecológico, ordena o delegado.

Arrastada por Lazinho e por dona Judith Amaral, 62 anos, superintendente das Doenças Venéreas do Posto de Saúde de Londrina, Elza entrou no hospital onde já estavam outras tres mulheres na mesma situação. Elza procurou telefonar para seu advogado mas foi impedida pelas autoridades, como também às outras mulheres foi negado qualquer condição de defesa.

Para fazer os exames sanitários nessas mulheres, Judith Amaral pediu licença especial à delegacia de Polícia de Londrina. «Foi a pedido da população de Tamarana que estava reclamando da presença dessas mulheres no centro da cidade. Mas isto não acontece só aqui e nem uma única vez».

«Veja as unhas dela, estão arrebitadas de tanto lavar»

Judith Amaral diz que para exercer sua função de Superintendente das Doenças Venéreas, primeiro chega nas cidades, pede que as pessoas apontem as prostitutas, obriga as em seguida a fazer os exames de rotina. «Muitas protestam e se recusam a ir - explica ao BM - mas como a população acusa a medida é pedir ajuda policial como ocorreu no caso das mulheres de Tamarana».

Elza Segura reuniu algumas mulheres acusadas para que dessem pessoalmente, testemunhas das agressões sofridas, ao BM. Laide Terezinha Biscaia, 31 anos, viúva, proprietária de um pequeno bar se apoia nos cotovelos e fala: «A gente está esgotada e ainda vem gente pra levar o meu sangue. Elza me explicou que é pra dar satisfação pra dona Judith que passa com nosso sangue nos vidrinhos e mostra pros poderosos daqui. «Olha aqui o sangue das biscates».

«Eles estão me perseguindo tanto que a dona Judith veio aqui às 9 horas da noite e mandou eu fechar o bar. Mas acontece que tenho alvará para funcionar até às 8 horas da manhã. Comecei a chorar, mas fechei».

«Olha, tenho cinco filhos pra sustentar com o pouquinho que este bar rende. O subdelegado tem um bar a poucos metros do meu e vende a cerveja mais cara. Ele fala que eu tiro o movimento dele. O delegado também tem ganas de mim porque eu cobrei um saco de arroz que ele me devia. Os homens gostam de vir tomar cerveja aqui porque eu atendo todo mundo muito bem. Eu também já tenho um advogado para me defender. Ele mandou que eu fizesse um novo exame de sangue mas com médico particular para eu poder me defender. Não sou doente e nem prostituta, mas dizem que vão fazer um abaixo-assinado para fechar o meu bar. E os meus filhos, como vou sustentá-los?».

Dona Augusta, 46 anos, cabelos grisalhos, fisionomia bastante cansada, ágil, de raciocínio com gestos largos

explica: «Eu não quero complicações. Nasci e me criei em Tamarana. Tenho oito filhos, quatro estão casados e os outros estão morando comigo. Sou viúva há oito anos e não ando por aí fazendo zoada. Foi uma amiga minha que avisou em tempo e evitou que dona Judith e seu Lazinho me pegassem. Eu me escondi. Vivo com os meus recursos».

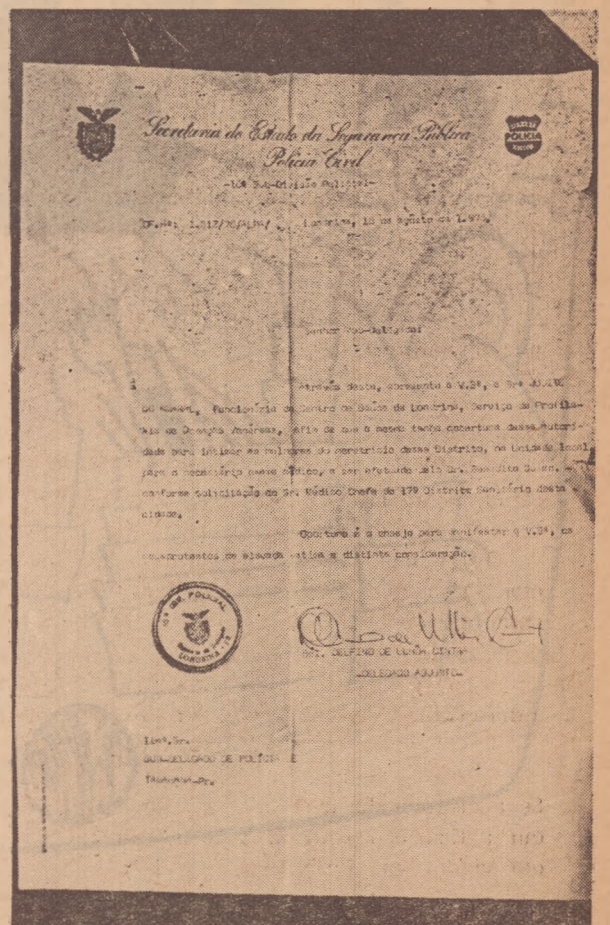
Leide aproxima-se de Augusta, pega suas mãos e mostra.

— Veja as unhas dela, estão arrebitadas de tanto lavar roupa. Como é que dizem que ela é prostituta?

Augusta continua: «Eu sou testemunha que essa gente já mandou muita moça pra zona. Lá o movimento esta fraco e tem doença e as donas das casas mais a dona Judith dizem que nós somos as culpadas, porque temos amigos e eles vão lá levar doenças. Como é que vou ter um amigo se tenho uma filha de 16 anos e reconheço onde é o meu lugar?»

Opiniões são trocadas entre as mulheres e Maria, - uma mulher calada, do campo, separada do marido com uma filha de dois anos - vai fazer café para o grupo. As canecas são simples e todas agradecem à companheira, «a meia xícara de café». Continua a discussão com Nadir de Fátima, viúva e mãe de cinco filhos: «Procuo emprego e não encontro, procuro uma lavagem de roupa, mas também não encontro, procurei um amigo pra me ajudar, mas também não deu certo porque ele é casado e tem filhos. A dona Judith, aquela do posto de saúde, já me convidou pra morar na zona mas não aceitei. Olha, pobreza é melhor ficar fora da zona. Eu também sou testemunha que essa gente manda moça pra zona. Hoje foram duas vizinhas lá de casa, a Arondina e a Joeldia».

Elza Segura interfere: «Eles pensam que eu tenho um bom rendimento e querem que eu diga: esta aqui um presentinho pra vocês. Então, eles me deixaram em paz. Mas eles estão enganados. Eu vim morar em Tamarana porque a pensão que eu recebo para minhas filhas do pai delas, mais o aluguel da casa e mais alguns serviços que eu faço não permitem que viva num centro como Londrina».





Prostituição
é proibida.
Logo, casas
de
prostituição
não existem.

O delegado Coriolano dos Santos Marinho, do 2º Distrito Policial de Londrina fala ao BM:

— BM - Delegado, é legal o que está acontecendo em Tamarana?

— DC - Eu me omito.

— BM - E o código penal o que diz?

— DC - Pelo código está errado. A própria prostituição é condenada pela lei, portanto Lázinho Mineiro não agiu certo. Primeiro, se fosse um delegado de competência, baixaria uma ordem de investigação, pediria o comparecimento das pessoas que acusam, tomaria seus depoimentos, apuraria se existe a prática de prostituição, corrupção de menores etc... instauraria um inquérito policial e indiciaria as acusadas. Se as denúncias fossem comprovadas responderiam a processo e seriam julgadas estando incursas nos artigos 228 ou 229 do código penal que determina para estes casos a reclusão de 2 a 5 anos.

BM - O que o senhor tem a dizer sobre as casas de prostituição que funcionam regularmente? Como se explica o exame de saúde sanitário exigido nessas casas e consentido pela Polícia?

DC - Bom, prostitutas não existem, o que existem são bailarinas de salão e registradas que possuem carteirinhas renovadas mensalmente junto com o exame de saúde.

Em Tamarana eram cinco horas da tarde, as escolas encerravam o dia, caminhões de Bóias-fria passavam pela cidade e um menino de bicicleta passeia em frente a casa de Elza. Olha rapidamente para dentro e procura alguma coisa. Vânia, a filha de 11 anos, pula da cadeira, não sai à porta mas acena:

— E meu amiguinho, ele é filho do juiz de paz mas eu não posso mais falar com ele, porque o pai e a mãe dele não deixam, Prometeram bater nele. Eles não sabem mas ele é o meu namorado. Eu sou a menina mais bonita de Tamarana, e ele é o menino mais bonito que tem aqui.

Na relojoaria no centro da cidade, o filho do juiz ao lado do pai de Lázinho mineiro fala de Vânia:

— Eu gostava dela mas agora eu não gosto mais. Não volto mais lá porque meu pai falou que a mãe dela é uma prostituta. Antes eu não sabia, agora eu sei porque meu pai falou. Dona Elza é uma prostituta.

O juiz Joel Caetano, nascido, casado e criado em Tamarana olha com malícia para o filho enquanto os outros homens riem. Muda de fisionomia, eleva a voz, declara:

— A gente tem que fazer isso. Hoje ele é uma criança amanhã pode ser um maloqueiro.

O delegado Lázinho Mineiro conclui:

— Olha aí, é um menino que está falando. Se a criança diz isto todo mundo tem acreditar que a Elza é prostituta, e essas outras mulheres que vivem por aí sozinhas, também.



MENOR



«A criança gozará de proteção especial e a ela serão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social de forma sadia e normal, e em condições de liberdade e dignidade».
(Declaração dos Direitos da Criança)

O mais discriminado dos trabalhadores

Em 1966, 10% das crianças de 7 a 14 anos, em São Paulo, estavam fora da escola e, em 1971, a taxa subiu para 20% como consequência, principalmente, da baixa condição econômica e social de suas famílias.

Muitos menores param de frequentar a escola para trabalhar e ajudar no sustento da casa.

Executam diversos trabalhos como limpadores de para-brisas, engraxates, vendedores ambulantes, babás, office-boys e até mesmo auxiliares em indústrias. São trabalhos de baixa remuneração que não exigem conhecimento prévio e não levam a uma capacitação profissional, além de causar grande desgaste físico e mental.

Há também um grande número de menores inativos que, perambulam pelas ruas em estado de abandono ou pedindo esmolas, ou em bandos praticando os mais diversos delitos. Tanto o que trabalha como o que não trabalha tem delineado um futuro sombrio sem perspectivas de uma profissão.

Nos termos da lei, só é considerado apto para o trabalho o menor entre 12 e 18 anos. Apesar disso, crianças com até menos de 10 anos já fazem algum serviço remunerado.

Para trabalhar, deve apresentar autorização do juiz de menores (entre 12 e 13 anos) e do responsável legal, comprovante de escolaridade ou prova de matrícula e declaração da empresa disposta a empregá-lo. Se para trabalhar, a criança deixa a escola, como vai conseguir comprovante de escolaridade? Quanto a obter uma proposta de

emprego, é mais difícil ainda devido ao mercado restrito e a competição com a mão-de-obra adulta.

O trabalho do menor em São Paulo

Devido a essa situação, a maioria dos menores exercem atividades de «biscate», sem local e salário fixos, sofrendo ainda a concorrência com os adultos, como no caso dos «marreteiros». Trabalham em movimentadas esquinas com semáforo onde disputam um «ponto».

João, 13 anos, cursou até o 2º ano e mora na periferia. Seu pai bebe muito e sofre de hérnia, por isso não pode trabalhar. Ganha de 20 a 200 cruzeiros por dia, mas tem que dar uma parte para o «patrão» que controla o dinheiro, compra e distribui os produtos a serem vendidos: flanela, lâminas de barbear, limão ou outros artigos de fácil vendagem.

Marcos, 16 anos, trabalha como engraxate no centro da cidade. Seu pai foi preso porque matou uma mulher. A mãe bebe muito. Tem mais 8 irmãos e uma de suas irmãs mora com Francisco, também de 16 anos, que trabalha com ele. Juntos, ganham em média 60 cruzeiros por dia. Marcos já foi preso várias vezes e levado ao Juizado de Menores e também a 7ª Delegacia onde tomou choque e apanhou. Francisco passou 16 dias na 36ª delegacia. Ambos fumam maconha.

A solução de um menor para o menor

Manoel Santiago da Silva, 16 anos, foi preso por tentar formar uma associação em defesa dos menores abandonados de Vitória (Espírito Santo) que queriam continuar trabalhando como vendedores ambulantes

e engraxates. Ele e outros garotos moravam sob uma ponte onde é despejado o lixo do mercado. Trabalhavam no centro de Vitória e foram proibidos de exercer as atividades pelo prefeito que os acusou de responsáveis pela sujeira das ruas. Passaram então a vender escondidos dos fiscais, pois se fossem pegos, perderiam o dinheiro e a mercadoria, além de serem chutados e espancados.

Sob a ponte — sua casa — os meninos sonhavam com uma casa de verdade.

«Eu queria muito essa casa, — dizia Manoel Santiago, — colocar todos os meninos nela para morar. Tenho experiência, vivi aqui todo esse tempo e sei como são as coisas. O garotos me obedecem. A Fesbem (instituição que cuida do menor abandonado) podia me dar condição de eu fazer essa casa. Ajudar no terreno e nos materiais. O resto eu mesmo construo com os meninos».

Além disso, querem licença da prefeitura para continuar trabalhando sem risco de apreensão pelos fiscais e pelo Juizado de Menores. Manoel Santiago é um dos 15 milhões de menores abandonados do Brasil. Ele propôs uma solução e foi preso.

Entretanto, o senhor Fawler de Melo, presidente da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, disse em declaração à imprensa:

«Nenhuma instituição do governo ou particular tem o direito de tirar uma criança da rua e não tratá-la com dignidade. Prisão ou grade não educa ninguém».

Povo reivindica melhoria nos transportes

Os serviços públicos de transportes, que na área metropolitana de São Paulo são deficientes e problemáticos, viveram, na última semana de outubro, situações inesperadas.

No mesmo momento em que representantes estrangeiros elogiavam a sofisticação do metrô de São Paulo — no Simpósio Internacional de Transportes Públicos, realizado no luxuoso Hilton Hotel — o nosso metrô sofria uma paralisação de

Homens, mulheres e crianças descem dos ônibus da zona sul, na praça das Bandeiras e em grupo se dirigem para a Câmara dos Vereadores, no viaduto Dona Paulina, em São Paulo.

— A senhora não vai entrar porque aí dentro não cabe mais ninguém, diz um dos guardas que vigia a porta do auditório 31 de Março, local da reunião.

— Mas num ônibus pode entrar 100, 150 que ninguém fala nada, retruca a mulher.

Outras mulheres também discutem:

— Nos ônibus a gente pode até ficar deitada, que ninguém fala nada.

— Eu vim pendurada num ônibus para vir até aqui. Chega aqui e eu não entro porque não pode ficar de pé aí dentro.

No auditório, a lotação está esgotada, prevista para 150 pessoas, já tem mais de 200. Os que estão dentro trocam palavras, felicitações e cumprimentos com os outros moradores que não conseguem entrar.

Os dois guardas são inflexíveis. Ninguém entra.

A solução logo vem. A reunião vai ser no saguão.

No saguão, isto é, bem próximo da rua, tem início a reunião, não sem antes esperar as autoridades e vereadores que foram convidados. Até o final só comparecem quatro políticos, 3 vereadores e um deputado federal, todos do MDB.

Um trabalhador se aproxima do microfone e começa a ler: «AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DEPUTADOS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, PREFEITO DE SÃO PAULO, SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES, DIRETOR DA CMTG, PRESIDENTE DA EBTU, VEREADORES E POVO EM GERAL.

Somos moradores das vilas situadas na região de Parelheiros, Cipó, Grajau e M'Boy Mirim, zona sul de São Paulo, servidos respectivamente pelas Empresas de Transporte Sete de Setembro, Independência e Jurema. Não é esta a primeira vez que tornamos públicos os nossos graves problemas e as dificuldades decorrentes de uma situação que vem se agravando há anos: o transporte coletivo, que por sinal, não é o único grande problema dos bairros da periferia. Esses bairros operários são deixados no esquecimento pelas autoridades. Não temos condução, não temos água encanada, não temos redes de esgoto, nem creches, nem postos de saúde. Não temos nada.

Na tentativa de solucionar problemas como: falta de ônibus nas linhas, ônibus superlotados, horários irregulares, carros quebrados e sujos, não cumprimento de itinerários obrigatórios, manutenção deficiente colocando em risco nossas vidas, decidimos nos reunir (Parelheiros, Cipó, Grajau e M'Boy Mirim) para reivindicarmos junto à Câmara dos Vereadores, as providências necessárias.

Sabemos que nossos representantes mais diretos e legítimos são os vereadores, e eles devem estar cientes da situação insustentável que toda a periferia de São Paulo vem sofrendo, para que assim possam legislar com maior conhecimento de causa e em benefício dos que os elegeram.

Gostaríamos de lembrar que muito antes de nos unirmos nessa luta (Parelheiros, Cipó, Grajau e M'Boy Mirim), há quatro anos os moradores de M'Boy Mirim iniciaram seu movi-

cinco horas, deixando milhares de pessoas sem transporte.

Quase à mesma hora, um incêndio num trem da

Fepasa provocou pânico e ferimentos em muitos passageiros.

Ainda no mesmo dia, 600 moradores da Zona Sul se reuniram na Câmara dos Vereadores para reivindicar

mais atenção aos transportes coletivos e a imediata intervenção da CMTG nas empresas de ônibus particulares que servem a região.

mento reivindicatório. Os bairros de Parelheiros e Cipó, há mais de um ano estão lutando para melhoria no transporte coletivo. Ambos os movimentos valeram-se de pesquisas minuciosas, feitas pelos próprios moradores das vilas, além de realizarem assembleias populares (com a presença de autoridades municipais e políticos dos dois partidos).

Tentamos abaixo assinado, fizemos inúmeras e infrutíferas visitas aos órgãos competentes e nada conseguimos. Não conseguimos convencer ou mesmo sensibilizar suficientemente autoridades como o prefeito de São Paulo, Olavo Setubal, o secretário de Transportes, Olavo Cupertino, o diretor da CMTG, além, evidentemente, dos donos das Empresas de Transportes que nos servem mal. É importante notar aqui, que todas essas tentativas (assembleias, pesquisas, reuniões com políticos) foram amplamente divulgadas pela imprensa falada e escrita. E nada ficou solucionado.

Nós moradores concluímos portanto, que a única saída que nos resta é recorrer não apenas aos senhores vereadores, mas a autoridades máxima do país. Sr. Presidente da República e à opinião pública em geral. Queremos alertar a todos, que embora tivessem recebido relatórios os mais detalhados acerca da grave situação a que chegou o transporte coletivo na nossa região, as autoridades municipais mantiveram-se na mais absoluta indiferença.

Diante disso tudo, através desta CARTA ABERTA, nós, moradores de Parelheiros, Grajau, Cipó e M'Boy Mirim reivindicamos a intervenção imediata da CMTG nas empresas Sete de Setembro, Independência e Jurema, no sentido de:

— aumentar o número de viagens, regularmente o cumprimento de itinerários (obrigatórios por lei) não só nos pontos finais nos bairros e em Santo Amaro, como também na Praça Dom José Liberal Pinto (Itaim), fiscalizar a manutenção dos carros, estender o percurso de algumas linhas. Enquanto as autoridades não tomarem nenhuma providência, o problema fica cada vez mais grave porque:

— a população desta região cresce assustadoramente, e o número de ônibus continua o mesmo.



— com os baixos salários dos operários, os menores e as mulheres são obrigados também a trabalhar, aumentando sempre mais o número de usuários de ônibus.

— a falta de pavimentação nas vilas da região, prejudica a circulação de ônibus, sobretudo nas épocas de chuva.

— como as empresas citadas têm o monopólio dos transportes coletivos na região e ninguém as fiscaliza, elas colocam quantos ônibus queiram nas linhas, transportando os trabalhadores como se fossem gado.

A persistência desta situação vem lesando os nossos direitos de usufruir dos serviços que a coletividade deveria prestar às pessoas que com seu trabalho, criam a riqueza desta nação e contribuem para os cofres públicos. Esta é a atual situação dos trabalhadores e dos estudantes que moram na região: continuamos perdendo dias de serviço e de escola, somos obrigados a pagar lotação (entre Cr\$ 7,00 e Cr\$ 15,00 a viagem), corremos risco de vida em acidentes frequentes, e vemos cada vez mais reduzidas as nossas horas de descanso pelo tempo perdido nos pontos de ônibus e durante o percurso. Além disso, em algumas vilas, os doentes que necessitam de socorro urgente, depois das 22 horas, são obrigados a tomar táxi (quando tem sorte de consegui-lo) ou de esperar o dia seguinte.

Isto posto, e consciente de nossos direitos, aguardamos soluções concretas e imediatas.

O POVO DA REGIÃO

Depois da leitura da carta, outros moradores usam os microfones e lêem os relatórios preparados por cada vila. Os relatórios falam «do nosso povo operário que precisa de condução para se transportar até o trabalho, mas até agora ele está esquecido no ponto de ônibus ou dentro de uma condução superlotada». Outro relatório critica o metrô «que está servindo para valorizar imóveis e servir classes privilegiadas e que o transporte de massas bem planejado e de boa qualidade servirá não só a grande massa trabalhadora como também grande parcela da classe média, que também sofre com os constantes aumentos de gasolina».

Um dos últimos moradores a falar faz uma pergunta:

— Cadê as autoridades que deveriam estar aqui? Nós não somos pessoas humanas? Era só isso.

A barganha de Taubaté,

«A gente mais vende do que troca, mas só vale coisa usada»



«Dê cá, tome lá: pode estar sendo trocado um cadeado por um par de sapatos»



uma feira diferente

Aos domingos pela manhã, próximo ao Mercado Central de Taubaté, cidade do Vale do Paraíba, há uma movimentação muito grande. Este movimento não é ocasionado só pela comercialização de verduras no mercado mas também pela feira da barganha, ou breganha, como é conhecida.

Esta feira é muito antiga. Uns dizem que tem mais de 30 anos, outros mais de 50. Segundo contam, ela começou quando aproximadamente 30 pessoas se reuniram ao lado da igreja matriz trocando um relógio por outro, ou por uma corrente. Animais e seus complementos como arreios, carroças e esporas eram negociados por bicicletas e cadeados de segredo.

Na época do Natal, os santos de presépio eram barganhados e até mesmo vendidos.

Hoje em dia, se você chega lá num domingo bem cedinho encontra bem mais gente do que antigamente. Calculamos mais de 200 pessoas, e a gente não sabe ao certo quem vende, compra ou troca.

Conversando com «seu» Pedro, e depois com «seu» José e «seu» Wladimir, ficamos sabendo que «ninguém tem inscrição e lugar fixo, é só chegar cedo. Todo mundo se conhece e não tem complicação. Alguns não precisam de lugar, porque no caso dos relógios as trocas se fazem de pé ali no começo da rua. Geralmente, a pessoa traz de casa coisa para vender ou barganhar. Agora a gente mais vende do que troca, mas só vale coisa usada».

Contudo, encontramos «seu» Antonio, um senhor aposentado, que

vende «bonecos serradores». São bonecos feitos de madeira que depois de um embalço ficam quase 10 minutos balançando. Ele diz: «A idéia é da minha cabeça e gosto muito. Vendo uns 20 bonecos por feira e tiro uns Cr\$ 200,00 de cada vez».

«Seu» Pedro, que vai lá há uns 15 anos, estava vendendo um par de sapatos de homem, em bom estado, por Cr\$ 20,00.

Em um trecho da feira, o pessoal coloca no chão os objetos a serem barganhados ou vendidos. São muitos artigos usados como discos, revistas, roupas, calçados, fechaduras, ferramentas, olho-de-cabra, rapé, bibelôs, armações de óculos. Há muito material elétrico, desde o próprio rádio até válvulas, transistores, tomadas, soquetes, benjamim,

fusível. Daí vem torneiras, encaixes, maçanetas, pregos e parafusos.

A venda e a troca de bicicletas e lambretas também é grande. Fica no final da rua porque ocupam muito espaço.

A feira começou com a troca de animais e relógios. Com o passar do tempo iniciaram-se as vendas, e os objetos foram se diversificando. Hoje a feira cresceu, tem mais vida própria, e mais gente se aproxima, não só para levar seus objetos e comprar o que necessita, mas também para ver os compadres e amigos. Acreditamos que, no fundo, a feira não mudou. Ela continua sendo um exemplo da espontaneidade do nosso povo, e mostra o momento a necessidade do convívio, através do qual são encontradas as soluções para os problemas de todo dia. Por causa disso, lá os domingos são festivos.

OI PESSOAL!
MANDEM SEUS TRABALHOS
ESTA PAGINA É SUA



NOSSO RECADO

Tem muita gente que anda fazendo coisas bonitas por aí e que ninguém conhece ou poucos vêem. São pessoas que chegam do trabalho cansadas e ainda acham tempo para pegar o violão e inventar uma modinha; outros preferem entalhar na madeira figuras em relevo; mulheres e homens da roça ou da cidade modelam em barro bichos, gente ou objetos como vasos, canecas, tachos; moças e moços escrevem contos ou versos e há ainda os que desenharam e pintam nas horas de folga. Tem gente que até inventa instrumentos musicais diferentes, brinquedos ou enfeites, aproveitando materiais que sobram das fábricas.

Se você, mulher ou homem, gosta de criar coisas, escreva-nos dizendo o que faz e como faz, contando também alguma coisa de sua profissão, de sua família, de sua vida. Nós queremos conhecer um pouco mais da sua história e publicá-la aqui.

E mande o seu endereço para que nossa fotógrafa possa ir à sua casa "bater umas chapas" das coisas que você faz para "sair" aqui nesta página. Pedimos a todos que fazem versos, poemas, que desenharam, que escrevem contos, histórias imaginadas ou verdadeiras, que nos mandem esses trabalhos para publicação. E ainda que nos enviem notícias de encontros musicais ou promoções de teatro no seu bairro ou cidade.

Queremos a sua participação e por isso estamos oferecendo este espaço no nosso jornal. Ele será seu enquanto você colaborar conosco. Haverá então, uma comunicação mais direta e mais viva entre *Brasil Mulher* e todos os leitores.

A colaboração de Maria Alice,
NOSSA LEITORA

Jogando pra fora, a verdade!...
Onde quer que ela alcance,
Responde com autenticidade,
Notas, que entrem no lance.
Almejando orientar, a
Luta, em prol, melhorar.

Brada alto e com firmeza...
Reinvidica seu valor.
Aumentando a certeza
Ser o amanhã bem melhor.
Incompleto, porém justo...
Legal, sem medo nem susto.

Mulher, sinônimo fraqueza
Unamo-nos para mostrar
Lado a lado, não só beleza...
Há também fé e destreza.
Em frente, e bandeira branca
Reagindo é que se alcança.

MARIA ALICE SILVA

BRASIL CORREIO

O Brasil Correio se propôs a ser uma seção de debates dentro do BM e a publicar e orientar todas as reivindicações das mulheres trabalhadoras, que nos cheguem através de cartas, que serão transcritas para a apreciação de nossas leitoras e leitores. As respostas de apoio ou crítica deverão ser encaminhadas para a CX Postal 13897 — São Paulo. Essa colaboração é de grande importância para o jornal como forma de avaliação de nosso trabalho e fonte de indicação dos objetivos prioritários na tarefa de conscientizar e promover a participação da mulher.

Nos dias 29, 30 e 31 de julho, houve um Congresso dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, realizado na cidade de Franca, interior de São Paulo. Estiveram presentes neste Congresso os Sindicatos e Federações de 8 Estados, onde todos debateram problemas de grande interesse dos trabalhadores brasileiros. A maior participação foi de Porto Alegre em relação ao número de sindicatos que estiveram presentes (31). Eu participei como representante da Delegação de São Paulo (a classe feminina). O que pude observar foi a falta de participação da mulher, pois sendo a nossa categoria composta de 90% de mulheres, estas não compareceram. Será porque os maridos proibem? Serão os pais? Ou será a própria mulher que ainda continua de olhos fechados para aquilo que ela tem direito, ou é mesmo acomodação? Enfim não se sabe ao certo porque as mulheres não são umas participantes ativas naquilo que é para o seu próprio bem. Porém fazemos um apelo a todas, mulheres, que lutem pelos seus direitos. Pois não estamos pedindo coisas impossíveis, precisamos compartilhar para não sermos enganadas no nosso local de trabalho, e também orientarmos aqueles que desconhecem seus direitos. Em resumo, saber nunca é demais ensinar, se aprende mais, conhecer é o melhor meio de vivermos sem precisar ser guiadas pelos outros que acham que devemos viver sujeitas as suas opiniões.

Companheiras vamos em frente lutando pelos nossos direitos, participe do seu Sindicato de Classe, da Sociedade Amigos de Bairros, dos Clubes de Mães, que assim você está cooperando para o seu próprio bem estar e de toda sua família. Araildes Porto Pereira — Centro de Desenvolvimento da Mulher — S.P. — S.P.

Quando tomamos conhecimento do «BRASIL MULHER» e o trabalho que vocês realizam na informação, no debate, em expor fatos que abrangem todas nós mulheres pela igualdade em busca da emancipação, da liberdade, de depor os problemas atuais que envolvem igualmente os homens, quisemos também participar com o nosso pouco de luta, com a nossa colaboração. Moramos no interior de São Paulo e nem por isso deixamos de lado as nossas reivindicações. Achamos que a participação tem de ser total, englobar o Brasil todo e não pudemos deixar de dar nossa opinião.

O jornal «BRASIL MULHER», para nós uma novidade em termos de divulgação da mulher em busca da igualdade, deixou-nos felizes pela iniciativa de voés em sua elaboração e desejamos que sigam em frente, pois a informação é valiosa, é um meio de nos abermos-unidas, lutando no dia a dia para podermos opinar, trabalhar, e ao lado do homem sentir também os problemas e lutar com eles pelos nossos direitos. Lutas essas empreendidas como a falta de leite, a anistia, o salário mínimo, as operárias as creches, a pilula. Tudo isso faz parte do bem estar comum, também estamos dispostas a arregaçar as mangas, a nos unir como agora para incentivar e opinar sobre o trabalho, de vocês; mas procuramos também identificar a mulher da classe média, a universitária, a professora, a médica, mesmo a jornalista e não somente as operárias, artesãs, não só na roça, nas tecelagens, na periferia; pois deu-nos quase a impressão de que a mulher, a mulher da classe média, é acomodada e quase conformada com a situação. Enfim pediríamos que fossem abordados também os problemas atuais que encontramos em confronto com a sociedade machista; a busca de empregos e os salários inferiores recebidos em relação aos homens; as pressões encontradas pela mulheres do interior através dos pais, da sociedade, dos namorados, quando buscam uma colocação melhor em seus empregos. Ou das universitárias que

deixam suas casas para estudar na capital; do preconceito contra as desquitadas, as mães solteiras que não encontram apoio nenhum na sociedade para a reestruturação de suas vidas; a incompreensão de homens e até mesmo (como não!) de mulheres em relação ao movimento pela igualdade, preferindo taxar de «frustradas» as que buscam encontrar um meio de se libertar da condição de simples donas de casa ou de «donzelas casadouras».

Gostariamos, se possível, que expusessem um pouco mais dos preconceitos entre homens e mulheres, particularmente da classe média, mostrando que não estão realmente tão acomodados como nos deu parecer, que também elas concorrem fora de seus lares, lutando sempre para que não sejam superiores aos homens, para que haja apenas igualdade. Marília 25/10/76 — Neide Jaliageas, M^o Luiza Leão Garcia, Miriam L. G. Gudes.

Gostaria de registrar, através desse jornal, uma queixa contra os serviços do INPS. Procurei um posto do INPS, na rua Brigadeiro Luis Antonio 2651, para que meu filho fosse examinado. Sabia que antes, teria que fazer a ficha de matrícula, sem a qual ele poderia ser atendido pelo médico. Chegamos ao posto médico, por volta das seis e meia da manhã. Encontramos uma fila que já ia pela calçada. As sete horas, quando começam os trabalhos, apareceu um funcionário que contou as pessoas da fila.

E quando chegou na milésima pessoa disse «esta é a última pessoa a ser atendida hoje». Evidentemente chegaram muitas outras com criança no colo, pessoas de idade e doentes que vinham de longe como Santo André, S. Miguel Paulista. Mas não foram atendidas e recebiam conselhos para que viessem «amanhã bem cedinho, ali pelas quatro e quinze ou quatro e meia». É esse o horário bom para pegar a fila. Enfim eu seria atendida. Só que teria que permanecer na fila durante horas. Exatamente às 17,30, conseguiria chegar ao guichê de matrícula. Resolvi aproveitar a ocasião para fazer também a matrícula da minha filha. Mas a funcionária foi categórica «só fazemos uma ficha por vez. Para matricular a sua filha a senhora deverá vir amanhã». Quer dizer teria que enfrentar, mais uma vez, uma fila, durante onze horas. No outro dia tive que voltar para marcar a consulta. Pode-se conseguir a consulta para o mesmo dia ou pra outra semana, dependendo do especialista. O motivo desse atendimento precário, segundo explicação dos próprios funcionários, é por falta de pessoal.

Fiquei pensando na pergunta que durante a fila, pude ouvir de várias pessoas: «Por que o INPS, ao invés de empregar verbas com propaganda do «bom atendimento» não as emprega na contratação de mais funcionários? Uma leitora, Maria.

Leitora desse jornal, desde o seu primeiro número, sinto necessidade de demonstrar minha gratidão pelo muito que já aprendi. Há nesse jornal (a meu ver) uma meta objetivíssima. Orientar a solucionar um dos seus grandes problemas. «o lugar ao sol», de que ela tanto precisa e merece. Todavia a falta do conhecer, esmaga seu próprio valor, diminuindo com isso, o grau de que faz jús e que lhes estupram, sem nenhum aviso prévio ou mesmo consideração. Porém o reconhecimento total está quase à tona. Chegará o dia em que o objetivo deste jornal, terá a sua glória com o apogeu do sucesso absoluto da mulher e de suas reivindicações. Maria Alice Silva — Santo André — SP.

BM: Maria Alice, não pudemos publicar a sua carta na íntegra por falta de espaço. Agradecemos sua homenagem e esperamos contar sempre com seu incentivo.

Grande número de mancebos, ainda não aceitam a liberdade da mulher. A opinião geral é de que o nosso comando, ou seja, o que realmente desejam os cavaleiros é que fiquemos em casa como empregadas domésticas voluntárias. Acreditam os mesmos que a mulher foi dedicada ao serviço doméstico devendo por isso ficar o dia inteiro dentro de casa e, ou... com as mãos na água a lavar roupas e louças.

Para alguns maridos, devem as mulheres ficar todas empastadas de gordura, para não serem notadas por jovens que talvez procurassem por isso mesmo, imaginem!... No Brasil, principalmente, a mulher é peça decorativa do lar ou então é a escrava que cuida dos filhos sem nada em troca...

Valdina Maria de Souza — São Paulo — SP.

BM: Valdina, a luta pela emancipação feminina está apenas no início e é preciso que um número cada vez maior de mulheres percebam a sua condição de mulher-objeto ou mulher-escrava e comecem a mudar. O fato de você estar consciente da situação já é um passo para essa mudança. Escreva sempre.

Desejo-lhes enviar meu apoio e admiração pelo seu trabalho, altamente necessário no Brasil de nossos tempos, tanto no que diz respeito à iniciativa de informar as mulheres brasileiras especificamente, quanto em estar ao lado da causa da maioria de nosso povo.

Regina Afonso — Rio de Janeiro — RJ.

BM: Regina, agradecemos o apoio. Estamos lhe enviando uma carta e contamos com a sua colaboração.

Desconhecia que existisse no Paraná um movimento feminista e fiquei muito contente com a lucidez e a combatividade do jornal. Sabia, apenas vagamente, da existência de um grupo paulista, de que tive notícia no começo deste ano quando visitei a biblioteca des femmes, em Paris.

Lina Muggiati — Rio de Janeiro — RJ.

BM: Lina, agradecemos a sua carta. Esperamos contar com a sua colaboração. Segue carta.

Fui criada no interior de Minas Gerais com meus pais, nunca trabalhei fora. Estou cursando a 8^a série de 1^o grau e sempre quis ser uma meina independente. Mas como não tinha parentes fora e nem amigos nunca pude sair.

Este ano me transferei para uma cidade do Estado de São Paulo e trabalhava alguns dias da semana, mas não em casa de família e sim como embaladeira. Nesta cidade conheci uma dona que me trouxe para trabalhar aqui em São Paulo, prometendo fazer minha transferência escolar, aqui para São Paulo.

Quando vim já estava quase entrando as férias e ela me disse que faria essa transferência quando comessem as aulas.

Depois ela me disse que não daria para mim estudar que a aula terminava muito tarde e no outro dia não ia ter disposição para trabalhar.

Com isto eu fui ficando muito triste até que um dia resolvi ir embora.

Agora voltei para São Paulo orque já tinha perido o ano, mas se este ano conseguir vaga no ginásio vou voltar e continuar meus estudos. (Floripes Maria — Bragança Paulista)

Floripes — no BM n^o 7 será dada uma atenção especial aos problemas da empregada doméstica. São milhares as moças que chegam do interior para o serviço doméstico e que são enganadas como você. Não pare de estudar e escreva-nos outra vez, depois de ler o BM n^o 7.

Como assinar Brasil Mulher

Para assinar BRASIL MULHER basta enviar seu nome e endereço acompanhado de vale postal a favor da Sociedade Brasil Mulher no valor de 60,00 para assinatura anual ou de 30,00 para assinatura semestral, endereçado para SOCIEDADE BRASIL MULHER. CAIXA POSTAL 13.897 - São Paulo - SP.
EXTERIOR — VIA AÉREA — ANUAL US\$ 15,00
SEMESTRAL US\$ 8,00.

LEIA:
A ILHA
ABCD JORNAL

Assine Brasil Mulher

NOME
ENDEREÇO
PROFISSÃO

Observações que o leitor julgue interessante para o desenvolvimento da difusão do Brasil mulher em sua área.

BOCA DO INFERNO
COBRA DE VIDRO
DE FATO
INFORMAÇÃO
LAMPILÃO
MOVIMENTO
MARABERTO
NÓS MULHERES
OVELHA NEGRA
OPINIÃO
POEIRA
REVISTA DE CULTURA
VOZES
VERSUS